

**MENSAGEM AL Nº 5.268/2021**

**Mensagem nº 09/2021.  
Salvador/BA, 13 de maio de 2021.**

**Senhor Presidente,**

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, no prazo constitucional, para a apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei que “*dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, e dá outras providências.*”.

Em consonância com as disposições constitucionais e com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que regem a matéria, a presente Proposição dispõe sobre as diretrizes, orientações e critérios para a elaboração e execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, e de Investimentos das empresas sob controle do Estado, para o exercício de 2022. Trata, ainda, sobre a Política de Recursos Humanos e das despesas com pessoal e encargos sociais do Estado, as alterações da legislação tributária e da Política de Aplicação de Recursos da agência financeira oficial de fomento, fortalecendo a transparência dos processos de alocação e aplicação dos recursos públicos no referido exercício financeiro.

Ademais, elenca os dispositivos referentes às prioridades e regras para a alocação dos recursos, as regras de limitação de empenho e movimentação financeira, bem como as disposições sobre as transferências voluntárias aos municípios e a destinação de recursos públicos às entidades privadas.

Excelentíssimo Senhor  
**Deputado ADOLFO MENEZES**  
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia  
**Nesta**

## **Mensagem nº 09/2021, FL. 02.**

Importante ressaltar que este Projeto de Lei foi elaborado em um ambiente em que foi reconhecida a ocorrência de calamidade pública no Estado através do Decreto Legislativo nº 2453, de 18 de janeiro de 2021, e, em que, posteriormente, foi declarado Estado de Calamidade Pública em todo o território baiano por meio do Decreto nº 20.370, de 05 de abril de 2021, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, a COVID-19.

### **Conjuntura PLDO 2022**

A pandemia da Covid-19 continua impondo uma série de desafios ao mundo. Nesse contexto, as incertezas geram grande instabilidade no cenário mundial e afetam sobremaneira a dinâmica econômica. No Brasil, o lento processo de vacinação - em decorrência da baixa disponibilidade de novas doses de imunizantes e de insumos para a produção interna - e a dificuldade na manutenção do isolamento social, além de outras medidas sanitárias, comprometem a recuperação econômica.

Para muitos analistas, os desafios que surgiram no Brasil com a crise sanitária tornaram-se mais complexos quando somados às necessidades já existentes, tais como: i) as políticas de saúde pública; ii) as questões orçamentárias; e iii) as reformas estruturais. Assim, os contextos fiscal e econômico nos primeiros meses de 2021 têm pautado um tipo de recuperação ainda muito frágil, haja vista a possibilidade de novas ondas de contaminações, implicando em riscos sistêmicos à dinâmica econômica.

### **Conjuntura Econômica**

Nos últimos 03 (três) anos que antecederam a pandemia, a economia brasileira demonstrou um crescimento tímido, não se recuperando das perdas resultantes das recessões anteriores (2015 e 2016). Em 2020, o desempenho da atividade econômica do último trimestre do ano ajudou a limitar a queda do Produto Interno Bruto - PIB em 4,1% em relação ao ano anterior, surpreendendo positivamente as expectativas de muitos analistas que estimaram uma retração maior. Assim, observa-se que as medidas adotadas (expansão do crédito, auxílio emergencial, programas de proteção ao emprego e diferimento do pagamento de impostos), ainda que aquém das necessidades da população brasileira, sobretudo das parcelas menos favorecidas economicamente e com déficits históricos de proteção social, contribuíram neste processo de mitigação da crise.

**Mensagem nº 09/2021, FL. 03.**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a agropecuária apresentou crescimento de 2,0% e os setores industrial e de serviços apresentaram retração de 3,5% e 4,5%, respectivamente. Ainda segundo esse mesmo Instituto, o resultado da agropecuária decorreu do crescimento da produção agrícola, que suplantou o fraco desempenho das atividades de pecuária e pesca, considerando que a soja e o café alcançaram produções recordes no período. Em relação ao setor industrial, os destaques negativos foram a atividade de construção e a indústria de transformação, com queda de 7,0% e 4,3%, respectivamente. Nas atividades que compõem os serviços, o isolamento social e a baixa atividade econômica foram decisivos para o resultado negativo. Como destaque, os serviços prestados às famílias foram os mais prejudicados pelo distanciamento social em virtude da crise sanitária.

Do ponto de vista da demanda agregada, todos os componentes registraram taxas negativas: a despesa do governo (-4,7%), os investimentos (-0,8%), as exportações (-1,8%), as importações (-10,0%) e o consumo das famílias (-5,5%). O resultado deste último pode ser justificado, principalmente, pelo significativo impacto negativo no mercado de trabalho.

As condições do mercado de trabalho pioraram com as medidas de controle da propagação do novo coronavírus. O distanciamento social e a paralisação temporária de algumas atividades econômicas reduziram a ocupação da população economicamente ativa. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua do IBGE, a taxa de desemprego do terceiro trimestre de 2020 foi de 14,6%, enquanto, no quarto trimestre reduziu para 13,9%. Ainda assim, a taxa média de desocupação para o ano de 2020 foi de 13,5%, a maior desde 2012. Isso corresponde a cerca de 13,4 milhões de pessoas na fila por um posto de trabalho no Brasil.

No que se refere ao Estado da Bahia, segundo dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento - SEPLAN, o PIB recuou 3,4% no ano de 2020 em relação ao ano de 2019, uma taxa de retração menor do que as projeções da SEI realizadas em julho, no auge da pandemia.

Pela ótica da produção, apenas a agropecuária teve crescimento expressivo, de 14,2%, devido à safra recorde de grãos. A produção agrícola, com base no 12º

## **Mensagem nº 09/2021, FL. 04.**

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA de dezembro, divulgados pelo IBGE, mostra que a safra baiana de grãos foi recorde, alcançando 10,1 milhões de toneladas em 2020, com crescimento de 21,5% em relação à safra de 2019.

A indústria teve retração de 1,3%. A retração do setor industrial baiano aconteceu devido ao comportamento registrado no segundo trimestre do ano, com queda acima dos 6%. As maiores retrações nos 12 (doze) meses do ano foram observadas nas atividades das indústrias extractivas (- 10,0%) e das indústrias de transformação (-3,5%).

O setor de serviços foi o mais afetado pela pandemia da Covid-19, registrando queda de 6,4%. Quase todas as atividades que compõe o setor tiveram desempenho negativo, tendo o comércio e os transportes as maiores reduções (-7,2%) e (-6,1%). A exceção no setor ficou por conta das atividades imobiliárias, que registraram uma discreta alta de 0,5%. De acordo com a SEI, o impacto negativo no setor dos serviços foi significativo no final de 2020, haja vista que este setor corresponde a cerca de 69% do PIB estadual.

Os efeitos das medidas de combate à pandemia impactaram diretamente o mercado de trabalho do Estado da Bahia. As informações do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério da Economia, sistematizadas pela SEI, revelaram que o mercado de trabalho formal baiano encerrou 5.307 postos de trabalho com carteira assinada em 2020.

Esse fenômeno também foi corroborado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad Contínua, divulgada pelo IBGE, que demonstraram uma taxa de desocupação na Bahia de 20,0% no quarto trimestre de 2020.

## **As Incertezas em 2021**

Com a possibilidade de recrudescimento da crise sanitária, os Estados e Municípios passaram a adotar medidas mais rigorosas de isolamento social. Assim, na ausência de vacinas, esse tipo de medida deve se apresentar de forma recorrente na garantia e preservação da vida, mesmo que seus efeitos impliquem em revisar as estimativas do PIB ao longo de 2021.

**Mensagem nº 09/2021, FL. 05.**

As incertezas quanto aos efeitos da doença no país em 2021 sinalizam um período difícil. De acordo com Instituto Fiscal Independente - IFI, o primeiro trimestre do ano deve ter um desempenho fraco, e, com isso, o risco de recessão técnica no primeiro semestre. No entanto, os resultados da atividade econômica dependerão de uma recuperação no segundo semestre, condicionada ao ritmo da vacinação, de modo a assegurar a imunização de uma parte substancial da população e a decorrente redução das medidas de afastamento social.

Deste modo, com a garantia de vacinação para a população e com os indicadores da saúde sob controle, criam-se as condições para a recuperação econômica, possibilitando a retomada da oferta de empregos. No entanto, não se pode perder de vista que, mesmo com essa flexibilização, o risco continua presente, principalmente diante de um cenário em que o ritmo de imunização ainda depende da aquisição de novas doses de vacinas ou insumos farmacêuticos necessários para a fabricação de imunizantes.

Com relação à inflação, os indicadores nacionais de preço seguem em trajetória ascendente, no patamar superior do intervalo de tolerância da meta para o ano de 2021, adotada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. A continuidade da recente elevação no preço das commodities internacionais, aliada à depreciação cambial do Real, tem afetado a inflação corrente, gerando aumento das expectativas inflacionárias.

Assim, em 2021, a mediana das previsões do mercado para o crescimento do PIB nacional, segundo o Boletim Focus do Banco Central, divulgado em 26 de março deste ano, é de 3,2%. Essa estimativa justifica-se pelo efeito estatístico causado por uma base contraída. Ainda segundo o mesmo boletim, a inflação esperada é de 4,8% e a expectativa da taxa Selic é de 5,0%. Por sua vez, o Banco Central, em reuniões recentes do Comitê de Política Monetária - Copom, já sinalizou o aumento da taxa Selic ao longo do ano.

Para o Estado da Bahia, em 2021, de acordo com a SEI, o PIB deve crescer em torno de 1,8%. Essa perspectiva tem relação com o controle da pandemia, bem como do ritmo de vacinação, possibilitando a reabertura das atividades e a recuperação do setor de serviços. Acredita-se, assim, no crescimento dessas atividades como forma de minimizar o fraco desempenho do setor industrial, que deve ser afetado pelo encerramento das atividades da fábrica da Ford, no Município de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador - RMS, e suas possíveis consequências na cadeia produtiva que atua em torno da fábrica.

## **Mensagem nº 09/2021, FL. 06.**

### **Cenário Brasileiro e Baiano - Perspectivas para 2022**

No relatório “Panorama Econômico Mundial”, publicado em abril de 2021, o Fundo Monetário Internacional - FMI estima que o PIB do Brasil deve crescer 2,6% em 2022. Tal previsão é mais otimista que as expectativas do mercado nacional, divulgadas pelo Banco Central através do Boletim Focus, de 26 de março de 2021, cuja mediana converge para um crescimento em torno de 2,3%. Ainda, segundo esse mesmo Boletim, a inflação esperada é de 3,5%, acima da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, e a expectativa da taxa Selic no fim do período é de 6,0%.

Para o Estado da Bahia, em 2022, o nível de investimentos se constituirá em um grande desafio para a recuperação da economia e, consequentemente, para a própria arrecadação de tributos. Nesse contexto, espera-se que fatores como a cotação do dólar, os incentivos fiscais e a política de financiamento sejam motrizes na manutenção dos investimentos no Estado, principalmente por parte dos investidores estrangeiros.

Na agropecuária, o ritmo das exportações de commodities como soja, algodão e milho deve ser favorável em 2022, evidenciando como essas cadeias de produção tendem a ser relativamente menos atingidas pelos efeitos da pandemia. A manutenção da expectativa de uma safra recorde de grãos corrobora com a relativa estabilidade desses segmentos diante do cenário adverso.

Diante disso, para 2022, espera-se que o setor possibilite uma grande contribuição na atividade econômica do Estado, com a expectativa de um bom desempenho para a safra, beneficiado pela demanda crescente por alimentos e pela expectativa de preços mais competitivos no mercado externo.

No que diz respeito ao segmento da produção industrial baiana, esse ainda segue permeado de grandes incertezas conjunturais, principalmente pelo encerramento das atividades da Ford e da negociação da refinaria Landulpho Alves - RLAM, ambas na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Entretanto, a busca de novas plantas industriais que possam ocupar esse espaço gera possibilidades e expectativas para que o quadro atual possa ser revertido ao longo dos próximos anos.

## **Mensagem nº 09/2021, FL. 07.**

O setor de serviços merece um olhar mais apurado quanto às perspectivas futuras, não apenas por responder por 69,0% do PIB do Estado, mas por concentrar o maior nível de desemprego e efeitos generalizados com a pandemia. Para o ano de 2022, esse setor deve sofrer influências do nível de endividamento das famílias e da recomposição do mercado de trabalho bastante afetado com os efeitos da pandemia da Covid-19.

A recuperação da confiança pelos agentes econômicos e a continuidade de investimentos públicos são determinantes para o desenvolvimento da economia baiana nos próximos anos. Nesse contexto, os investimentos públicos, privados ou a partir de Parcerias Público-Privadas - PPP, ou mesmo as concessões públicas são imprescindíveis para a manutenção e alavancagem dos projetos de mobilidade urbana, infraestrutura de logística, energia, comunicação e construção civil. Esses setores são capazes de dinamizar a economia baiana e criar um ambiente promissor para a atração de novos empreendimentos e consolidação das atividades já existentes, com aumento da competitividade e ganhos de produtividade da economia.

Nessa perspectiva, espera-se que um cenário mais promissor em 2022 promova a retomada da atividade econômica e gere oportunidades para o desenvolvimento do Estado da Bahia. Assim, projeta-se um crescimento do Produto Interno Bruto do Estado em torno da média esperada para o Brasil, em 2022, em cerca de 2,3%. Ao longo dos anos, faz-se necessário ressaltar, o desenvolvimento almejado pelo Estado Bahia não se resume apenas ao crescimento econômico, mas visa, sobretudo, a melhoria dos indicadores sociais nas áreas da educação, da saúde, da segurança e do emprego.

As medidas de isolamento social tomadas pelo Governo Estadual desde o início da pandemia têm feito com que o Estado da Bahia reduza os efeitos desta crise sanitária na vida da população baiana, evitando o colapso do sistema estadual de saúde e preservando a vida da população. Diante desse cenário, há uma maior demanda por políticas públicas para amenizar os efeitos da crise sobre as pessoas e empresas, e, assim, um maior desafio na manutenção do equilíbrio fiscal.

No que se refere às perspectivas para 2022, o cenário nacional guarda incertezas quanto ao ritmo de retomada da atividade econômica. A análise da conjuntura macroeconômica atual e as perspectivas futuras para a economia mundial, brasileira e baiana

**Mensagem nº 09/2021, FL. 08.**

demonstram que a recuperação da atividade econômica continuará permeada de incertezas conjunturais.

Nesse sentido, espera-se que o bom direcionamento da gestão pública, notadamente em relação às medidas socioeconômicas e de política fiscal responsável e assertiva, contribua para o desenvolvimento nacional e regional.

Desta forma, as metas para os indicadores fiscais do Estado foram estabelecidas de modo a evidenciar o compromisso do Governo da Bahia com a sustentabilidade da dívida e com os princípios de responsabilidade no gasto dos recursos públicos, aspectos esses que poderão ser averiguados no Anexo de Metas Fiscais deste Projeto de Lei.

***RUI COSTA***  
***Governador***